

A CPI dos Atos Antidemocráticos sinalizou que pretende ouvir o ex-secretário de Segurança numa sala na Câmara Legislativa, para evitar a exposição do suspeito, que está preso no 4º Batalhão da PM, no Guará, desde 14 de janeiro

Depoimento reservado para Torres

» PABLO GIOVANNI
» ARTHUR DE SOUZA

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Atos Antidemocráticos aprovou, ontem, requerimento com uma nova proposta para o ex-secretário Anderson Torres depor na Câmara Legislativa. O documento, aprovado por unanimidade entre os sete integrantes da comissão, sugere que o ex-chefe da Segurança Pública seja ouvido em uma sala reservada na Casa, na próxima quinta-feira, dia 16.

O documento chegou à mesa do ministro do Supremo Tribunal (STF) Alexandre de Moraes, ontem à tarde, e deve ser encaminhado para a defesa do ex-secretário para manifestação. Os integrantes da CPI querem convencer Torres a depor, e detalharam em coletiva de imprensa após o depoimento da ex-subsecretária Marília Ferreira Alencar, que existe uma sinalização positiva da defesa do ex-secretário para a oitiva. As condições apresentadas pelos distritais foram para que Torres deponha em um lugar reservado na CLDF; com advogado; dispensa de uso de algemas; e que seja acompanhado de equipe e viaturas descaracterizadas.

"A defesa dele sinalizou que se for em uma sessão preservada na CLDF, ele viria. Queremos ele aqui e vamos questioná-lo sobre o 8 de janeiro. Ele disse que tem muito a falar, e eu tenho muito a ouvir o que ele tem para dizer", disse o presidente Chico Vigilante (PT). "Ele está com muita preocupação com a questão de expor sua imagem para a filha dele, que tem 13 anos. Por isso, estamos propondo essa sessão, onde ele não será filmado e não terá nenhuma exposição", completou o petista. Torres está preso no 4º Batalhão da Polícia Militar, no Guará, desde 14 de janeiro.

Minervino J?nior/CB/D.A Press



Anderson Torres deve ser ouvido pelos distritais no próximo dia 16

De acordo com o relator Hermeto (MDB), a sinalização de Torres em depor, mesmo que de maneira reservada, é essencial para o relatório da CPI sobre os atos antidemocráticos. "Ele sinalizou que quer dar o depoimento sem exposição, em um lugar preservado. É essencial que ocorra esse depoimento para que a gente possa chegar a um direcionamento (sobre o relatório final)", destacou.

Caso ocorra tudo que está previsto, será a segunda vez em que Anderson Torres falará de maneira reservada aos deputados distritais. Isso porque, em novembro de 2019, o então secretário da SSP foi sabatinado pela CPI do Feminicídio. À época, o DF vivia um grave cenário de morte de mulheres, assim como ocorre hoje.

Marcelo Ferreira/CB/DA Press



Marília Alencar disse à CPI que o serviço de inteligência não falhou

Marília depõe

Com a ausência de Torres, o único depoimento de ontem foi da ex-subsecretária de Inteligência Marília Ferreira Alencar. À CPI, ela disse que os manifestantes, na noite de sábado, 7 de janeiro, estavam em dúvida se iriam descer à Esplanada dos Ministérios. "No dia 7 (durante o dia), vários relatos informavam sobre os ânimos exaltados dos manifestantes que estavam chegando, e que estavam dispostos a confronto com as forças de segurança", disse.

"As frações de inteligência são daquele momento. São recortes sobre o que estava acontecendo naquele momento, ali no acompanhamento (em frente ao QG do Exército). Para vocês terem uma ideia, até o sábado à noite, não se tinha certeza se eles desceriam para a Esplanada. Ficavam alguns no microfone diziam que iam, mas outros grupos não queriam. Havia uma divergência sobre essa descida para a Esplanada. Já no domingo de manhã, eles acordaram e o primeiro informe foi: 'ânimos passivos'. Logo depois, às 9h, eles decidiram que iam descer. Que iriam se reunir às 13h e iam descer às 14h, mas acabou descendo às 13h", disse.

A ex-chefe da Inteligência ressaltou que a área da pasta dela não falhou nos atos de 8 de janeiro. Segundo ela, tudo que foi direcionado à SSP-DF foi direcionado às áreas operacionais. "Não acho que a Inteligência fracassou. Todas as informações circularam. Tudo que tinha foi recebido e repassado", disse. "Na inteligência, eu posso afirmar que as informações fluíram. Tudo o que chegou (na subsecretaria) foi analisado, informado e repassado", completou.

Batalhão entregue

Ontem, a governadora em exercício do Distrito Federal, Celina Leão (PP), entregou as obras de ampliação do 6º Batalhão da Polícia Militar. A cerimônia ocorreu dentro das instalações do batalhão e contou com a presença de várias autoridades, como o presidente da Câmara dos Deputados, deputado Arthur Lira (PP). A governadora lembrou que, por meio da Novacap, foi necessário fazer três turnos de trabalho, para que a reforma pudesse ser entregue no prazo estipulado de 60 dias.

"Realocamos policiais, por meio de uma seleção de 280 agentes, completando o contingente de 500, para que a gente possa garantir a segurança da região (da Esplanada)", destacou. Celina Leão revelou ainda que está com outro projeto em andamento. "Temos uma área, na L2 Sul, de 16 mil m², para construir um batalhão que vai abrigar mais de 2 mil policiais", detalhou a governadora.

